

REPRESSÃO POLÍTICA CONTRA TRABALHADORES RURAIS: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO EM MAGÉ (RJ)*

*Political repression against rural workers: reflections from
the case study in Magé (RJ)*

Marco Antonio dos Santos Teixeira **

RESUMO



A repressão aos movimentos de trabalhadores rurais na ditadura civil-militar foi grande, a ponto de desarticular lutas que se desenrolavam há anos no país. Mesmo assim, em Magé, na Baixada Fluminense, um grupo de trabalhadores rurais lutou pelo direito de permanecer na terra que ocupava e se transformou em um exemplo de resistência em todo estado do Rio de Janeiro. Este trabalho abordará a história e a memória desse conflito, destacando como ocorreu a repressão política a esses trabalhadores. Ao abordar essa história, serão apresentadas reflexões sobre as expressões e significados da repressão política no campo durante a ditadura. Analisar a história e a memória da repressão no campo nesse período é importante para que se possa conhecer e dar visibilidade a esses eventos, ainda pouco estudados. É relevante também por contribuir para a literatura da História e das Ciências Sociais, uma vez que esta tem priorizado analisar a história de conflitos e violência no campo antes do golpe de 1964 e após o início do processo de redemocratização política em fins dos anos 1970.

Palavras-chave: Repressão política; Ditadura civil-militar (1964-1985); Trabalhadores rurais; Conflitos por terra.

* O trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada para a elaboração da minha dissertação de mestrado intitulada "Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé/RJ". A dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Na ocasião, fui bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XII Encontro Nacional de História Oral, realizado entre 06 e 09 de maio de 2014 na Universidade Federal do Piauí.

** Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), com bolsa de doutorado da FAPERJ. Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, Graduado em Ciências Sociais pela UERJ e em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ABSTRACT



The repression to rural workers movements during the civil-military dictatorship was large enough to split up fights that had been previously unfolding for years in the country. But a group of rural workers in Magé, in the region of Baixada Fluminense, fought for the right to stay on the land they had been occupying and became an example of endurance throughout the state of Rio de Janeiro. This paper addresses the history and the memory of this conflict, highlighting how the political repression to these workers took place. Reflections on the expressions and meanings of the political repression in the country during the dictatorship are presented. The analysis of the history and the memory of repression to rural workers in this period is crucial to the event's acknowledgement and visibility. The relevance lies also on the contribution to History and the Social Sciences, which have prioritized the analysis of the history of land disputes and its violence before the 1964 coup as well as after the start of the political democratization process in the late 1970s.

Keyword: Political repression; Civil-military dictatorship (1964-1985); Rural workers; Land disputes

Introdução

Pelo menos 1.196 camponeses e seus apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre 1961 e 1988. Deste total, apenas 29 tiveram seus direitos reconhecidos pela Comissão de Anistia. Esses dados foram apresentados por Gilney Viana, em 2013, quando ele era coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.¹ Os números expostos por Viana revelaram alguns dos impactos da repressão política no campo brasileiro ao indicar uma estimativa da quantidade de camponeses e seus apoiadores mortos ou desaparecidos.² Se os números apresentados por Viana representam um avanço em quantificar parte dos camponeses atingidos pela ditadura, ainda se sabe muito pouco sobre como a repressão política foi vivenciada por homens e mulheres no campo: suas formas, significados, atores envolvidos, estruturas de financiamento entre outros aspectos.

O desconhecimento das formas e significados da repressão política no campo brasileiro se deve em grande parte à carência de estudos sobre o tema. Por um lado, a repressão no campo não tem sido um assunto privilegiado pela historiografia que trata da ditadura civil-

¹ Ver Viana (2013).

² O número de camponeses e seus apoiadores atingidos pela repressão política no campo será ainda maior se for considerada a multiplicidade das formas de violência empregadas contra eles, tais como os despejos, prisões, agressões físicas e psicológicas, destruição de benfeitorias entre outras. Um dos esforços deste trabalho é ressaltar este aspecto.

militar brasileira. Por outro lado, os pesquisadores que estudam os conflitos sociais no campo³ têm priorizado analisar este fenômeno antes do golpe de 1964 e após o início do processo de redemocratização política, em fins dos anos 1970. O intervalo entre esses dois momentos é visto, muitas vezes, como um tempo de “refluxo” das lutas no campo. Essas interpretações entendem que o golpe de 1964 e o regime político inaugurado a partir de então teriam desarticulado as lutas dos trabalhadores rurais que aconteciam em diferentes locais do país no pré-1964. Com isso, teria sido apenas no período da redemocratização que as manifestações de camponeses foram retomadas e novas formas de organização política de trabalhadores rurais surgiram com os Movimentos dos Sem Terra, dos Atingidos por Barragens e das Mulheres Agricultoras, por exemplo.⁴

Algumas reflexões de Palmeira (2009) contribuem para o entendimento do silêncio na literatura sobre conflitos sociais em determinados períodos. Segundo o antropólogo, há uma tendência entre os pesquisadores em privilegiar a reflexão sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos, enquanto as situações menos espetaculares tendem a ser esquecidas. Nas palavras de Palmeira, “a própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente.” (2009: 172). Assumir esta postura significa, para o autor, aceitar um recorte dos fatos que esconde a existência dos conflitos e, conseqüentemente, exclui da hierarquia dos objetos de conhecimento um conjunto de experiências vividas pelas classes trabalhadoras.

Mas parte da literatura que estuda os conflitos no campo no Brasil aponta também, sem maiores detalhes, que em algumas situações as lutas continuaram a existir de forma latente, algumas vezes com novos contornos, ganhando força quando era possível.⁵ Nesse sentido, estudar casos de lutas por terra durante a ditadura civil-militar é uma tentativa de contribuir para romper com parte do silêncio na literatura sobre as lutas sociais no campo durante a ditadura civil-militar, trazendo elementos que contribuam para compor a compreensão sobre como foi a experiência dos trabalhadores rurais nesse momento.

Diante deste cenário, neste trabalho procurou-se identificar e analisar as formas como a repressão política foi desenvolvida no campo brasileiro em uma situação conflitiva. Isso foi feito a partir de um estudo de caso em Magé, na Baixada Fluminense. Neste município, um

³ Embora não haja sempre uma conexão direta entre estudos que abordam os conflitos sociais no campo e aqueles que tratam da violência no meio rural, muitas vezes essas questões são tratadas de forma relacionada. Por isso, é importante considerar os estudos sobre conflitos sociais no meio rural quando se busca analisar o tema da violência no campo ou, mais especificamente, da repressão política durante a ditadura civil-militar brasileira.

⁴ Ver Scherer-Warren (1989).

⁵ Até hoje, alguns dos esforços mais sistemáticos de analisar a repressão política no campo brasileiro foram feitos por Carneiro e Ciocari (2010), Viana (2013) e pela Comissão Camponesa da Verdade (2014). Destacam-se também os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014), sobretudo o capítulo dedicado à repressão contra camponeses, e o estudo em andamento intitulado “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros, e voltado para auxiliar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio). De toda forma, outros estudos não citados contribuíram para o tema, ainda que alguns deles de forma indireta, pois tinham outras preocupações centrais. Para saber mais sobre a Comissão Camponesa da Verdade, ver Teixeira, Teló e Silva (2015).

grupo de trabalhadores rurais lutou para permanecer na terra que ocupava e se transformou num exemplo de resistência em todo estado do Rio de Janeiro. Trata-se dos trabalhadores que vivem nos atuais assentamentos América Fabril e Conceição de Suruí. Neste artigo, será dada ênfase à análise das formas como a repressão política atingiu esses trabalhadores. Analisar a história e a memória da repressão no campo durante a ditadura civil-militar é importante para que se possa (re)conhecer e se dar visibilidade a esses eventos, ainda pouco estudados. Espera-se com isso contribuir para o reconhecimento público das formas de repressão sobre os camponeses, assim como para os estudos sobre o tema.

Esta pesquisa foi feita primordialmente a partir da realização de entrevistas e de pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema. Ao todo, foram feitas 19 entrevistas com participantes dos eventos analisados. Elas foram realizadas durante o trabalho de campo desenvolvido entre 2010 e 2011 para a pesquisa da minha dissertação de mestrado, fonte desse artigo (ver Teixeira, 2011). Também foram consultadas outras 16 entrevistas com trabalhadores rurais das áreas estudadas realizadas por outros pesquisadores em diferentes contextos de pesquisas. Deste total, 15 foram realizadas por Leonilde Servolo de Medeiros, sendo cinco delas feitas para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”, em 1982, e dez para o estudo “Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental”, em 2001 e 2002. Foi utilizada ainda uma entrevista realizada por Victor Novicki no contexto da pesquisa para sua dissertação de mestrado (ver NOVICKI, 1992).⁶

Uma das especificidades das entrevistas feitas por terceiros é elas terem sido realizadas de acordo com objetivos de outras pesquisas e em contextos históricos distintos daquele no qual se promove a pesquisa e análise dos dados. Por isso, os resultados obtidos nessas entrevistas decorrem das hierarquias de ideias feitas no processo de realização da entrevista. Embora se deva estar atento a estas observações na análise destas fontes, pois elas indicam os limites do material em análise, as entrevistas realizadas por outros pesquisadores mostraram-se importantes fontes de reflexão, na medida em que são materiais produzidos a partir da fala dos entrevistados que, em linhas gerais, narravam sobre suas experiências como atores que participaram de uma dada situação. Algumas das entrevistas utilizadas aqui são de pessoas que já morreram e por isso este material é muitas vezes um dos poucos disponíveis para se ter acesso às narrativas de importantes atores sobre suas experiências de vida. Para cada entrevista mencionada neste trabalho foi citado em nota de rodapé o nome do entrevistado, do entrevistador e data da entrevista. Todo este material está disponível para consulta no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em

⁶ Neste trabalho, apenas parte destas entrevistas foram citadas.

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ).⁷

A pesquisa documental foi feita no NMSPP/CPDA/UFRRJ, onde foram consultadas principalmente documentos produzidos por agentes sindicais e por instâncias do Estado brasileiro; no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde se consultou o processo administrativo de desapropriação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí; e documentos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé.

Este artigo está dividido em três partes, além dessa introdução. Na primeira parte, o caso estudado foi apresentado de forma breve, destacando como se deu a emergência do conflito analisado e os sujeitos envolvidos. Na segunda parte, as formas de violência que atingiram os *posseiros* das áreas estudadas foi o tema central do debate. Nesse item, foi feita uma breve discussão sobre o impacto do golpe na organização dos trabalhadores rurais, destacando a intervenção do Estado sobre a estrutura sindical dos trabalhadores rurais; debateu-se sobre a intensificação da repressão no campo e uma das formas de violência que mais atingiu os *posseiros*: o despejo das terras em que viviam; e ainda se identificou outras formas de repressão política no campo com base na experiência dos trabalhadores rurais e lideranças de Magé. Por fim, na terceira parte, foram feitas breves considerações finais sobre o tema.

Luta pela permanência na terra na gleba América Fabril e na fazenda Conceição de Suruí

As reflexões sobre a repressão política no campo no Brasil apresentadas neste trabalho foram feitas tendo por base principal um estudo de caso feito na gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí,⁸ áreas vizinhas entre si e localizadas no município de Magé, Baixada Fluminense.⁹ Essas áreas foram ocupadas entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 por pessoas oriundas de diferentes locais do estado do Rio de Janeiro, mas também do Espírito Santo e Minas Gerais, principalmente, além de alguns estados do Nordeste. Essas pessoas migravam em busca de um pedaço de terra para viver e plantar. Esses homens e mulheres depois vieram a se auto-reconhecer e ser identificados como *posseiros*.

⁷ Para mais informações sobre o acervo do NMSPP, ver < <http://www.nmspp.net.br/>>. Acesso em 13 set. 2015.

⁸ Os entrevistados se referiram às terras da gleba América Fabril também como terras da “parte do Incra”, “terras da América Fabril”, “do outro lado da estrada” e, algumas vezes, “Cachoeira Grande”. No decreto de desapropriação, esta área foi denominada “gleba América Fabril”, termo que foi utilizado aqui.

⁹ A luta pela desapropriação da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí foi conduzida concomitantemente e pelas mesmas pessoas. Por isso, optou-se por investigar ambos os casos.

Antes da chegada dos *posseiros* já existia nestas áreas uma ocupação incipiente. Em fins do século XIX havia se instalado em Pau Grande, área vizinha à gleba América Fabril, uma fábrica de tecidos. Nos últimos anos do século XIX e durante a primeira metade do século XX esta fábrica expandiu seus domínios territoriais na região. Parte da terra que conquistou foi utilizada como local de moradia para os seus funcionários. Esta área compreendia a gleba América Fabril. Já a Fazenda Conceição de Suruí foi ocupada pelo menos desde a primeira metade do século XX por pessoas que se diziam proprietários da área. Estes e a fábrica de tecidos foram posteriormente identificadas pelos *posseiros* e seus apoiadores como *grileiros*.

A identificação dos sujeitos como *posseiros* e *grileiros* deve ser entendida no contexto em que esta classificação se constituiu, na e para a ação política. Com base nesta perspectiva, *grileiros* e *posseiros* devem ser considerados categorias que explicitam relações e características de um determinado grupo social num dado contexto e não termos cristalizados de forma atemporal.¹⁰ Em resumo, a categoria *grileiro* passou a identificar todos aqueles que tentavam se apropriar de terras onde viviam trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*. Estes sujeitos foram os antagonistas nas lutas por terras que se desenvolveram na região entre as décadas de 1960 e 1970.

Em linhas gerais, os conflitos por terra nestes locais tiveram início a partir da resistência dos *posseiros* às ameaças de despejos empreendidas pelos *grileiros*. Isso ocorreu porque a ocupação das terras por *posseiros* provocou a reação da Companhia América Fabril (CAF), que se dizia dona daquela área. Processo similar se passou na Fazenda Conceição de Suruí. A fábrica e os supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí tentaram despejar os *posseiros* com a intenção de banir os novos ocupantes das terras que eles alegavam ter domínio. Alguns *posseiros*, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada. Era o início de uma resistência que atravessaria a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970.¹¹

As desapropriações da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí só ocorreram definitivamente em 1973 e 1974.¹² Isso fez com que a maior parte do período de luta pela conquista da desapropriação tenha ocorrido durante o regime civil-militar. Neste artigo, foi analisada a forma como a repressão política atingiu os trabalhadores rurais da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí, que haviam se organizado para resistirem às tentativas de expulsão das terras em que viviam e para lutarem pela desapropriação das terras

¹⁰ Na construção desta perspectiva, as orientações de Thompson (1987) e Grynszpan (2009) foram centrais.

¹¹ Uma explicação mais completa sobre o processo de ocupação da área em questão, os antecedentes dos conflitos e atores em cena pode ser vista em Teixeira (2011), sobretudo no capítulo um.

¹² Estas foram as únicas desapropriações realizadas no Estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970. Depois disso, até onde se pôde obter informações na bibliografia, somente em 1981 foi feita uma nova desapropriação em terras fluminenses: o assentamento da Fazenda São José da Boa Morte, no Município de Cachoeiras de Macacu, em 22 de janeiro de 1981. Em relação ao contexto nacional, um rápido levantamento sobre outros casos de desapropriação de terras no período entre o golpe de 1964 e fins dos anos 1970 revelou que houve também um caso de desapropriação no Estado de Ceará. Trata-se da Fazenda Japuaçu, localizada nos sertões de Canindé. Para mais informações sobre o caso, ver Barreira (1992). O final dos anos 1970 é um marco importante para a política nacional, com destaque para 1979, ano em que ocorreu a revogação dos Atos Institucionais e a aprovação da anistia, ensejando o retorno do exílio das principais lideranças da esquerda brasileira.

em que viviam. O esforço principal será identificar as formas de violência cometidas contra esses trabalhadores para, a partir disso, apresentar alguns elementos que ajudem na reflexão sobre os significados da repressão política no campo no Brasil.

O golpe de 1964, formas de violência e a desarticulação da organização política dos trabalhadores rurais

O início dos anos 1960 foi um período no qual o apoio do governo federal, do então presidente João Goulart, e de setores do Congresso Nacional à causa camponesa se intensificou. A estes políticos interessava obter o apoio da massa de trabalhadores do campo e institucionalizar o movimento camponês que crescia intensamente. Pode-se entender o interesse destes grupos pelo campesinato em parte como resposta à mobilização dos trabalhadores rurais que ganhava força no cenário político nacional. Segundo Grynszpan, “é este movimento que João Goulart vai procurar atrair para a órbita do Estado, promovendo a sua institucionalização e isolando as facções mais arredias.” (GRYNSZPAN, 1987: 195).

Desde a década de 1950 a questão agrária foi reconhecida como um dos problemas brasileiros mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. No governo Jango, houve um estreito envolvimento do Poder Executivo com a questão agrária. O seu comparecimento ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e ocorrido em 1961 é indicativo disso. É ainda no governo Jango que se institui a legislação sindical rural e é criado o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, através do qual direitos trabalhistas básicos existentes na cidade há pelo menos duas décadas foram estendidos ao campo. Ainda nesse período ocorre a criação da Superintendência de Reforma Agrária (Supra) e houve um investimento na aprovação de uma reforma agrária pelo Congresso.

A atuação de Jango nas políticas para o mundo rural fazia parte de um conjunto mais amplo de reformas a serem realizadas por seu governo, as chamadas “reformas de base”, denominação que aglutinou um conjunto de iniciativas, tais como as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária.

Deve-se destacar também que, neste momento, ganhou força no cenário nacional amplo grupo formado por várias entidades, entre as quais sindicatos, partidos de esquerda, movimentos sociais entre outros atores. Dessa forma, no começo de 1963, surgiu a Frente de

Mobilização Popular, sob a liderança de Leonel Brizola. Este movimento lutava pelas reformas de base e tinha a reforma agrária como uma das suas principais reivindicações.¹³

A resistência do Congresso em aprovar as reformas constitucionais propostas por Jango para possibilitar a realização de uma reforma agrária levou-o a anunciar, no dia 13 de março de 1964, num Comício na Central do Brasil, sua intenção de executar uma reforma agrária à margem das rodovias, ferrovias e obras públicas. Este anúncio acirrou a tensão entre o governo e grupos opositores e abriu caminho para o golpe de 1964 (SILVA, 2006). Palmeira explicou que “a ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio de propriedade, buscar apoio social ao seu projeto” (PALMEIRA, 1985: 43).

Temendo perder seus privilégios, setores conservadores das elites políticas e empresariais juntaram-se aos militares e, por meio de um golpe, “[...] atentaram e desmantelaram as instituições democráticas” (FERREIRA, 2004: 209). Nesse sentido, o golpe de 1964 deve ser entendido como uma ação das elites políticas e empresariais com os militares para combater a política do Jango e para sufocar os movimentos sociais que reivindicavam transformações na sociedade. Com o golpe, Jango deixou o país e exilou-se em Montevideu, enquanto milhares de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro comemoravam a sua derrocada (REIS, 2008).

O golpe civil-militar de 1964 provocou uma desarticulação nas lutas dos trabalhadores do campo. As organizações do campesinato sofreram intervenção. Algumas lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo Exército, por organismos policiais do Estado e por grupos privados, que em muitas situações estavam articulados com o poder público. Outras fugiram ou se exilaram no exterior, como Lyndolpho Silva, ou no próprio país, como ocorreu com Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas na Paraíba (MEDEIROS, 1989). As formas de violências cometidas contra os trabalhadores do campo foram, portanto, variadas.

No estado do Rio de Janeiro, parte dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) sofreu intervenção no imediato pós-golpe. Nas palavras de Acácio Fernandes dos Santos,¹⁴ “[...] veio a revolução e os sindicatos quase que na sua totalidade foram esmagados, tolhidos”.¹⁵ Inicialmente, a intervenção não poupou sequer os sindicatos ligados aos Círculos Operários, grupo que apoiou os militares no golpe de 1964, como o STR de São Gonçalo.

Em Magé, O STR foi mais um entre tantos sindicatos que fecharam após o golpe. Antonio Ernesto¹⁶ contou que o STR de Magé parou de funcionar após o golpe de 1964 e que o

¹³ Sobre este movimento, ver Ferreira (2004).

¹⁴ Acácio Fernandes dos Santos foi dirigente sindical. Ocupou cargos na diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) no pós-1964 e na diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) após 1971.

¹⁵ Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Servolo de Medeiros no dia 26/10/1982.

¹⁶ Antonio Ernesto foi dirigente sindical. Ocupou cargos no STR de Magé ao longo dos anos 1970 e 1980 e, em alguns momentos, na Fetag-RJ. Morador da Fazenda Conceição de Suruí.

presidente do sindicato na ocasião teve que fugir para o sertão do Espírito Santo. Nos arquivos do STR, após a ata da assembleia geral extraordinária do Sindicato, realizada em 21 de junho de 1962, o registro disponível é de 27 de julho de 1968, por ocasião de uma assembleia eleitoral. Este intervalo coincide aproximadamente com o período em que Antonio Ernesto disse que o sindicato permaneceu fechado após o golpe. Embora a ausência de registro de atas de assembleias não signifique necessariamente a inexistência da atuação sindical, este dado é indicativo de que, por um momento, o STR de Magé provavelmente não funcionou normalmente, produzindo registros em atas das assembleias, como era prática.

Medeiros (1989) avalia a ação dos trabalhadores rurais no pós-golpe. Para a autora, parece que, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente em garantir alguns direitos conquistados antes do golpe. Em locais onde os conflitos fundiários existiam, quando o sindicato agia, era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja através de ações na justiça, seja por meio do pedido de desapropriação da área com base no Estatuto da Terra. Contudo, uma ressalva é necessária, e ela é feita por Medeiros:

Essas práticas, no entanto, eram extremamente pulverizadas, localizadas e estavam longe de constituir um padrão de ação sindical. A maior parte dos sindicatos existentes no país na segunda metade dos anos 60 não se constituíram em um referencial para as demandas dos trabalhadores. (MEDEIROS, 1989: 90).

Embora pulverizada, a mobilização dos trabalhadores do campo não desapareceu. Onde foi possível, a luta permaneceu, mesmo que com novas práticas. Foi o caso das lutas pela terra na gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí. A permanência da mobilização de alguns trabalhadores rurais, entretanto, não se fez sem ameaças ou perseguições.

Antonio Ernesto contou que, após o golpe de 1964, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu em Magé. Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os *grileiros* passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio dos policiais, como explicou Antonio Ernesto, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado do juiz. Segundo alguns entrevistados, os policiais apenas alegavam que os trabalhadores rurais eram *subversivos* ou *comunistas*, justificativa considerada pelos agentes repressivos suficiente para despejar os trabalhadores.

Os policiais agiam, em geral, conforme foi relatado em algumas entrevistas, a mando dos *grileiros*, que os pagavam para executar os despejos. Segundo Antonio Ernesto, era um tempo difícil e por isso era preciso ter cuidado em suas ações, pois qualquer ato podia ser utilizado

pela polícia como justificativa para prender ou agredir os trabalhadores, seus familiares e apoiadores.

Estas narrativas dão materialidade à observação de Palmeira (1985) sobre a gravidade da repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo, uma vez que foram atingidos pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos proprietários. O medo de ser despejado, agredido ou mesmo assassinado fez com que inúmeros trabalhadores e suas famílias deixassem a terra ocupada rumo a outro lugar. Outros, por sua vez, resolveram permanecer e lutar pela desapropriação. No tópico a seguir, serão apresentados alguns elementos para entender este duplo movimento.

A intensificação da repressão e o abandono da terra por alguns posseiros

As entrevistas indicam que ao longo dos anos 1960 não houve apenas a chegada de homens e mulheres vindos de diferentes locais do estado e do país na gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí. Ao longo da década de 1960 e primeiros anos da de 1970 ocorreu também um movimento migratório de saída de *posseiros* das terras ocupadas. Os entrevistados revelaram que este abandono ocorreu devido à forte pressão que os *posseiros* sofriam dos *grileiros*. A saída dos *posseiros* é, portanto, um indício de que a ação dos *grileiros*, pelo menos em parte, foi bem-sucedida. Indica também o grau de tensão a que estavam submetidos estes homens e mulheres. Segundo os entrevistados, o abandono da área aconteceu durante todo o período da luta pela terra na região, mas se intensificou nos momentos nos quais a repressão era mais forte, como no pós-golpe de 1964.

Na fala dos entrevistados, a referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (tais como agressões, ameaças, destruição de benfeitorias) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugir da repressão que vinham sofrendo. Um entrevistado relatou, por exemplo, que em 1964, após uma ação do exército que despejou e queimou as casas de alguns *posseiros*, estes abandonaram a terra ocupada.

Outro entrevistado contou que abandonou a vida no campo e foi trabalhar na cidade devido ao perigo constante de despejo. O mesmo destino teve outros trabalhadores rurais e suas famílias.¹⁷ O depoimento de Antonio Ernesto coincide com a dos entrevistados

¹⁷ Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Servolo de Medeiros no dia 30/09/1982. Eles contaram que muitos trabalhadores retornaram para suas antigas terras quando aconteceu a desapropriação.

anteriores. Ele explicou que os *posseiros* deixavam suas terras porque temiam ser despejados e porque tinham medo da polícia e da violência. O fato de eventualmente aparecer alguém morto gerava ainda mais medo entre as pessoas, que temiam ser a próxima vítima. Antonio Ernesto contou que só na gleba América Fabril foram três vítimas fatais. Até hoje o assassinato destes homens permanece sem esclarecimentos.

A ameaça ou a ocorrência de despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de *posseiros* que, junto com suas famílias, permanecerem na terra. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que alguns *posseiros* ficassem, mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos *grileiros* era um ato injusto, pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou homens e mulheres a não deixar suas posses.

Antonio Ernesto está entre os trabalhadores que decidiram permanecer na terra. Contudo, mesmo na sua família, esta opção não foi consensual. Antonio Ernesto se casou com uma moça da região, em 1966. A família dela, porém, deixou a terra em que vivia após sofrer ameaça de morte de um dos *grileiros* que atuavam na região. De acordo com Antonio Ernesto, o *grileiro* acusou o pai de sua esposa de ser *subversivo* e que por causa disso ele estaria na *camisa de força* em no máximo uma semana. Diante desta ameaça, o pai de sua companheira mudou-se para Piabetá, abandonando a casa, sem ao menos vendê-la. Somente algum tempo depois ele retornou para *vender a posse*, o que foi feito por um preço irrisório (quatro sacas de arroz e duas de milho, segundo Antonio Ernesto).

Pais e irmãos de Antonio Ernesto também deixaram a Fazenda Conceição de Suruí e mudaram-se para outro local. Com o seu envolvimento na defesa da permanência dos *posseiros* na área que ocuparam, sua família passou a ser alvo de ameaças. Ele relacionou este fato à partida da sua família: ela teria abandonado a terra em Conceição de Suruí em busca de um novo lugar para viver, uma vez que se tornou insustentável para eles permanecerem em um local no qual eram foco de perseguição e ameaças. O estopim ocorreu após o assassinato de dois dos seus irmãos na região: um foi morto em Rio do Ouro, região próxima a Fazenda Conceição de Suruí, em 1965, com um tiro na nuca; o outro foi assassinado em Conceição. As causas do crime não foram esclarecidas.

Porém, Antonio Ernesto permaneceu na terra ocupada. No trecho a seguir, ele fala sobre suas motivações para ter permanecido na Fazenda Conceição de Suruí.

Marco Antonio: Por que o senhor resolveu ficar?

Antonio Ernesto: Porque eu digo ó, a minha família nunca correu de rastro de onça, só quando vê a onça. Botei na cabeça que ia ficar aqui. Fiquei aqui, comecei a trabalhar, logo depois eu casei aí mesmo, com uma menina da roça mesmo, vamos fazer 44 anos de casado. Estamos aí. O homem tem que ter coragem, primeira coisa é coragem, muita fé

naquilo que ele faz. O cara não pode desanimar. Ou, se ele olhar assim, se voltar no meio do caminho, mais nada dele vai pra frente.¹⁸

Mais do que a recusa em perder os bens que conquistou, está presente na fala de Antonio Ernesto uma concepção de que não considerava justa sua saída da terra ocupada sem direito a nada. Isto porque, depois de ter passado por momentos difíceis, ele conseguiu se estabelecer na terra, construir benfeitorias e produzir alimentos.

O caso de Antonio Ernesto e sua família é ilustrativo da pressão a que os trabalhadores rurais da Fazenda Conceição de Suruí e gleba América Fabril estavam submetidos nesta conjuntura política. As constantes ameaças e a efetivação de atos violentos levaram muitos trabalhadores a abandonarem a terra que viviam. Essa é uma das faces da repressão política no campo.

As múltiplas formas de violência contra trabalhadores rurais

Quase todos os entrevistados se referiram, com mais ou menos detalhes, a algum episódio de despejo ou ameaça de despejo. Junto às narrativas sobre os despejos, era comum os entrevistados falarem sobre intimidações, agressões e até mesmo assassinatos. Em geral, era no momento do despejo ou em virtude da sua ameaça que outros atos violentos eram cometidos contra os *posseiros*. Contudo, as violências contra os trabalhadores rurais e suas famílias não se restringiram a estes momentos, embora ainda estivessem vinculados à questão da luta pela terra.

Despejos, destruição de benfeitorias, agressões físicas, assassinatos, tentativas de despejo e intimidações, todas estas ações são consideradas neste trabalho atos violentos que configuraram a repressão política contra os trabalhadores rurais de Magé, conforme foram assim entendidos pelos atores que vivenciaram esses episódios. A quantidade de referências aos episódios de despejo ou sua ameaça parece proporcional ao desencontro destas informações. É difícil precisar quando eles ocorreram e a sua recorrência. Contudo, a lembrança recursiva deste tipo de ação na memória dos entrevistados é indicativa de como estes atos foram marcantes para estes homens e mulheres.

¹⁸ Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 05/05/2010.

Neste tópico, ressalta-se, a partir da narrativa de alguns entrevistados, como era desenvolvida a ação do despejo e qual o significado que este ato tinha para os trabalhadores rurais. Mais do que isso, foram identificadas e analisadas outras ações violentas, muitas delas feitas no contexto do despejo, seja no momento de sua execução, ou mesmo antes, através de ameaças que geralmente atormentavam a vida dos trabalhadores.

Em geral, os entrevistados explicaram que os despejos eram ações empreendidas pelos *grileiros* para expulsar os *posseiros* das terras onde eles moravam e trabalhavam. A fala de Pelé¹⁹ mostra como essa ação era vista pelos *posseiros*.

Despejo era tirar todo mundo da casa, né. A ideia era tirar nossos cacarecos de dentro de casa, o pouquinho que a gente tinha, botar no caminhão e levar lá na prefeitura de Magé, na época. [...] Vinha 30 carros, 15 por aqui [aponta para a rua] e 15 pela América Fabril. [...] Pegava o que a gente tivesse dentro de casa, botava no caminhão, vinha 50 policiais do batalhão de Caxias e não sei quantos aqui de Magé. Ia pegar o pouquinho que a gente tinha, os cacarecos, ia botar no caminhão, levar e despejar a gente lá em Magé, na prefeitura de Magé lá na praça.²⁰

Para efetivarem os despejos, os *grileiros* pareciam estruturar uma rede de colaboradores para garantir o sucesso da ação. O despejo era empreendido por polícias, exército e/ou por uma polícia privada (identificados pelos entrevistados, muitas vezes, como jagunços). Todos eles estavam vinculados, na percepção dos trabalhadores, a algum *grileiro*, que era o mandante da ação. No trecho a seguir, Janice Duarte²¹ ressalta a vinculação entre a fábrica (*grileira*), no caso da disputa por terra na gleba América Fabril, e o exército e a polícia em uma ação de despejo.

[...] a fábrica botava o Exército em cima deles [os posseiros], eles dormiam no mato, vinham aqui mesmo, tem muita história aí que eles dormiam no mato.

Marco Antonio: Por quê?

Janice Duarte: Porque senão a polícia vinha e apanhava eles a mando da fábrica.²²

¹⁹ Morador da Fazenda Conceição de Suruí.

²⁰ Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 29/07/2010.

²¹ Ocupou cargos na diretoria da Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande (APPCG). Morador da Fazenda Cachoeira Grande e ex-operário da CAF.

²² Entrevista com Janice Duarte concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 30/07/2010.

A vinculação entre *grileiros* e policiais aparece também na fala de Antonio Ernesto. O trecho a seguir é ainda indicativo sobre a perseguição e vigilância a que estavam submetidos alguns *posseiros*: “O problema do *grileiro* naquela época é porque eles perseguiram com a polícia, com os jagunços, eles observavam até a hora que o cara ia à cidade fazer uma compra. O cara tinha que ir de dia e voltar de dia porque de noite era mais difícil.”²³ Já o trecho abaixo, no qual Antonio Ernesto discorre sobre o episódio de um homem que foi assassinado, é elucidativo sobre as forças que cometiam atos violento contra os *posseiros*, mostrando a vinculação entre ação privada (dos *grileiros*) e forças do Estado.

Antonio Ernesto: Teve companheiro nosso, Manuel Francisco Flor, morava no quilômetro 5,5 da Rio-Friburgo, sumiram com ele. [...] Ficou quatro dias os urubus já estavam comendo ele no campo, trabalhando na roça. E outros companheiros que sumiram, que até hoje ninguém sabe onde que entrou. Tempo da ditadura eles sumiam com o cara que ninguém via.

Marco Antonio: Quem era que sumia com essas pessoas?

Antonio Ernesto: Eram os *grileiros*.²⁴

Interessante nesta fala é que Antonio Ernesto atribui a violência à ditadura, mas quando perguntado sobre quem cometeu o ato violento, ele responde que foram os *grileiros*. O que esta história contada por Antonio Ernesto revela, longe de ser uma confusão sobre os adversários dos trabalhadores rurais na luta pela terra, é a dupla perseguição a que estes sujeitos estiveram submetidos, indo de encontro aos argumentos apresentados por Palmeira (1985).

Para executar os despejos, os *grileiros* contavam também, em algumas situações, com a conivência do Poder Judiciário de Magé, nos casos dos despejos executados a partir de uma ação judicial. Segundo Altamir Pettersen,²⁵ até fins dos anos 1960, os despejos eram coletivos: os advogados dos *grileiros* argumentavam que a terra em questão havia sido invadida por várias pessoas antes de 1964 e requeriam a posse da terra de volta. A partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, as ações de despejo passaram a ser individuais, visando à expulsão de um ou outro trabalhador.²⁶

²³ Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 05/05/2010.

²⁴ Idem.

²⁵ Assessor jurídico da Fetag/RJ e do STR de Magé nos anos 1970. Posteriormente, se tornou assessor jurídico da Contag.

²⁶ Entrevista com Altamir Pettersen concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 23/06/2011.

Em geral, após expulsar os trabalhadores e suas famílias das terras ocupadas, casas e lavouras eram destruídas. Foi o que contaram alguns entrevistados. No trecho a seguir, Janice Duarte discorreu sobre este tipo de ação na gleba América Fabril.

Marco Antonio: O senhor não disse que às vezes a polícia, ou o jagunço, ia lá derrubar as casas... E aí as pessoas ficavam onde?

Janice Duarte: Caía no mato, se ficasse lá, ia preso. [...] Eles queriam usar o caminhão do meu irmão pra derrubar a casa ali, que o caminhão era forte. Mandavam meu irmão ir pra lá derrubar as casas do pessoal. Meu irmão não ia não. Quase que mandaram meu irmão embora.

Marco Antonio: Quem mandava?

Janice Duarte: A fábrica. Mandava ele encostar a carroceria do caminhão pra derrubar as casas. Ali, naquela beira da rua ali, meu irmão foi derrubar, o outro motorista pegou o caminhão e foi derrubar as casas, pegava a carroceria do caminhão e derrubava.

Marco Antonio: E as coisas que estavam dentro?

Janice Duarte: Quebrava tudo. Não era quase nada, né... E o pessoal entrava no mato.

Marco Antonio: Mas ninguém ia embora daqui...

Janice Duarte: Voltava. Voltava e fazia o barraco de novo. E foi essa luta até desapropriar.²⁷

Já Pelé se referiu à destruição das casas dos *posseiros* como parte das ações de despejo na Fazenda Conceição de Suruí.

Pelé: Derrubaram a casa, [...] a casa ali do seu Nascimento. Derrubaram a casa ali no meio, tinha morador, só que tiraram as coisas pra fora, pra derrubar a casa. [...]

Marco Antonio: Foram muitas vezes que eles vieram derrubar casa?

²⁷ Entrevista com Janice Duarte concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 30/07/2010.

Pelé: Aqui dentro, que eu saiba, a casa do seu Nascimento, com telhado e tudo, só tirou as coisas pra fora. No brejo, uma vez. Uma vez só. Ali era até do Cici, uma barraquinha que ele tem no meio do mato, ali embaixo.²⁸

A casa de Pelé também foi alvo da ação de despejo. Contudo, ele conseguiu negociar com o *grileiro* e se manter na terra ocupada. No trecho a seguir Pelé explicou como se deu essa negociação.

Eu expliquei pra ele: “olha, eu comprei isso aqui pensando que era terra, mas se eu comprei o direito, se é do Doutor Leão [...] se a terra é do fazendeiro, só tem uma coisa, eu tô devendo mercado, eu vou ver quanto eu tô devendo do mercado, que eu compro adubo, compro muita coisa, semente, que vem de São Paulo, ele me paga esse dinheiro e eu tenho família, me dá dinheiro, eu vou alugar um quarto pra botar minha família”. Não falei isso pra ele, mas eu tinha um lugar em Caxias que graças a Deus eu podia botar minha família, se fosse no caso, né. Aí ele foi, conversamos. Ele chegou lá em casa com tanto medo que ele chegou lá em casa num burro branco, uma mula, sei lá que que era, que ele não quis apeiar da mula, ele botou a mula pra frente da rua. Eu morava num barraco de sapê lá no cantinho. Ele chegou e tal, pediu licença, virou a mula de fora, frente pra rua, “eu queria conversar com o senhor”. Porque meu vizinho lá, o seu Zé, quis cortar ele de foice. E acho que por isso também quiseram cortar a casa lá de cima. Aí eu falei: “não, o senhor não veio conversar comigo, então o senhor apeia da mula”. Eu tinha um banco lá, só que não era um banco assim, era de pé de árvore...

- “O senhor apeia, a gente toma um café e conversa”.

- “Não, eu tô com um pouquinho de pressa”...

- “Mas o senhor tem que apeiar da mula”... Aí ele com um chapeuzão, apeou da mula, a mulher fez café, nós tomamos café.

- “Vim aqui falar com o senhor porque o Garcia [grileiro] mandou eu fazer uma proposta ao senhor”.

- “Proposta de quê?”

²⁸ Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 29/07/2010.

- “O senhor pode ficar morando na casa, mas ele vai acertar com o senhor e o senhor fica trabalhando pra ele”. Falei:

- “Não, o senhor não leva a mal, mas não vou ficar trabalhando pra ele. Eu tenho uma profissõozinha, não é lá grandes coisa, mas eu tenho uma profissõozinha, eu trabalho porque eu posso viver disso aqui, mas se o terreno é dele eu não vou discutir com ele, eu mando carga pro mercado, tenho negócio no mercado, eu vou ver quanto tô devendo no mercado, semente”. Aí expliquei tudo pra ele: “eu compro semente no mercado, semente de vagem, semente de quiabo, adubo, vem lá de São Paulo, de Campinas, a gente não compra aqui no Rio, a gente compra lá de fora que é uma semente mais apurada, melhor. Pimentão...” Aí conversando tudo com ele direitinho, né, parece que ele perdeu o medo, que ele viu que não gosto de confusão, tamo lá tomando café e ele foi embora. Quando é um dia, ele passou, ele e o patrão dele. Aí eu escutei quando ele falou pro patrão dele “olha, ali mora um escurinho, mas ele é muito educado, ele me tratou muito bem, o senhor vê o que senhor pode fazer por ele”. [...] Então graças a Deus meu barraco não foi derrubado. Talvez se eu saio na ignorância com ele, meu barraco era derrubado também, mas como eu tratei ele bem, conversamos, ele perdeu o medo, que ele chegou com a mula já na posição de partida, com medo, amarrou a mula e nós conversamos. Graças a Deus até hoje tô aí. É isso aí.²⁹

Esse trecho da entrevista indica que, para além das lutas coletivas, das ações e estratégias traçadas coletivamente pelos trabalhadores para resistirem aos despejos, havia espaço para manobras e negociações individuais. Interessante destacar como Pelé retratou no trecho citado a pessoa enviada pelo *grileiro* para despejá-lo ou pelo menos intimidá-lo. Tratava-se de um sujeito que temia os trabalhadores, uma vez que havia sido vítima de um ato violento praticada por um trabalhador. Este fato demonstra que a tensão instalada nestas áreas se dava não só entre os *posseiros*, que temiam o despejo, mas também entre os *grileiros*. A gravidade da situação podia provocar um ato violento por qualquer uma das partes, com resultados imprevistos, embora fossem os *grileiros* que detinham mais poder político, econômico e repressivo para agir contra os *posseiros*, inclusive com apoio de setores do Estado.

Mas não eram somente as benfeitorias dos lavradores o alvo das ações dos *grileiros*. Os próprios *posseiros* foram fisicamente agredidos, segundo alguns entrevistados. Janice Duarte, que na época era funcionário da fábrica e vivia na Fazenda Cachoeira Grande, área vizinha à gleba América Fabril, pôde ver os acontecimentos ocorridos na gleba América Fabril.

²⁹ Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 29/07/2010.

Ele contou que a polícia tirava os moradores das suas casas através de agressões físicas: “Porque o pessoal era tirado daqui embaixo de porrete mesmo. A lei aqui, não discutia no Fórum não, a polícia chegava aqui batia em todo mundo...”³⁰ Antonio Ernesto e Celita,³¹ também citaram casos de agressões físicas cometidas por policias contra *posseiros* nos momentos dos despejos. Sobre estes casos eles contaram:

Marco Antonio: E como eles despejavam todo mundo?

Celita: A polícia.

Marco Antonio: Eles chegavam e faziam o quê?

Celita: Enfiavam o cacete.

Antonio Ernesto: Bate, três, cinco, seis que tão ganhando dinheiro com isso, mete a mão, bota abaixo. [...]

Marco Antonio: Quebravam as coisas...

Antonio Ernesto: É, quebra tudo, não pode fazer nada.³²

O próprio Antonio Ernesto foi vítima de uma tocaia organizada pelos *grileiros* para tentarem matá-lo:

Antonio Ernesto: Escapei da morte, me cercou pra me matar quatro da manhã, tocaia.

Marco Antonio: Como foi isso?

Antonio Ernesto: Aqui, nesse morro ali. 1975, por aí. Eu ia pra luta quatro da manhã.

Marco Antonio: O senhor estava indo para onde?

Antonio Ernesto: Trabalhar, pro Rio. A bem dos trabalhadores.

Marco Antonio: E o que aconteceu?

³⁰ Entrevista com Janice Duarte concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 30/07/2010.

³¹ Celita é moradora da Fazenda Conceição de Suruí. Nascida em Campos dos Goytacazes, mudou-se para Magé no início dos anos 1970. Tinha um bar na área vizinha a gleba América Fabril e Fazenda Cachoeira Grande.

³² Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 21/07/2010.

Antonio Ernesto: Os dois caras meteram a lanterna, igual caçador faz com a paca, com o gambá, com o bicho do mato. Fogo [...], pulei na pirambeira, cabeí a camisa, igual lagarto, de costas, mais de cinquenta metros dentro do mato.³³

Antonio Ernesto falou mais sobre este episódio em outro trecho da entrevista:

Quando eu escutei, mais de 40 metros, o cara gritou, sentou a lanterna na minha cara, “é ele mesmo, fogo nele!”, vazei de costas mesmo, a pirambeira, sumi, no meio do mato. Saí na casa de um amigo que mora até hoje, chama-se Pelé. Hoje eu tô contando a história, mas muitos companheiros, muitos amigos, até hoje velho, vai contar a história do que ele sofreu, que ele passou.³⁴

A perseguição sobre Antonio Ernesto parece ter sido intensa, possivelmente por ele ter sido uma das principais lideranças na luta contra os *grileiros* na região. Já com o gravador desligado, ele contou que a cada dia saía com uma roupa diferente para escapar da vigilância. Tratava-se de uma estratégia para tentar escapar da perseguição.

O controle sob Antonio Ernesto foi feito também pela Polícia Federal. Isso porque ele precisou, mensalmente, durante cerca de um ano, em 1970, se apresentar para essa polícia. Em todas as situações, ele era interrogado sobre o que fazia, por onde passava, se viajava, entre outros assuntos. O interrogatório durava cerca de duas horas e no fim ele era obrigado a aguardar ser liberado, o que só ocorria no fim do dia. Segundo Antonio Ernesto, foi sua passagem por Brasília, quando trabalhou como cozinheiro para os militares, antes de envolver-se com os conflitos sociais no campo, que o salvou deste interrogatório. O trecho a seguir trata sobre a perseguição e a investigação que era feita da vida das pessoas consideradas uma ameaça pelo regime. Mas também indica como, em certas situações, os perseguidos conseguiam escapar devido às relações pessoais construída em suas trajetórias.

Sabe por que eu escapei da Dops [Departamento de Ordem Política e Social]? Eles queriam me enquadrar. Primeiro era... Conhecido como subversivo, quer dizer, comunista, eles lutaram muito. Sabe o que me salvou? Porque antes de eu vir pra área rural, na fundação de Brasília, em 58, eu fui trabalhar pra uma empresa que o diretor, dono da empresa, era militar. Morava lá na Urca, o general já velhinho, [...] era o dono da

³³ Idem.

³⁴ Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 05/05/2010.

empresa, [...] na época que eu conheci ele era major, depois passou pra coronel. Chegou a ser chefe de gabinete de Jânio Quadros que renunciou, tava lá em Brasília. Trabalhei três anos com ele, era cozinheiro dele. [...] Aí fiquei 3 anos lá, depois pedi demissão e vim embora. Aí lutaram, lutaram, até descobrir quando eu andei, por onde eu passei, o que eu fiz, o que eu não fiz, outras empresas que eu trabalhei, trabalhei no Moinho da Luz, que é macarrão, biscoito, e eu trabalhei na parte que é divisão de duas fábricas, uma é fábrica de vela de solda. Era operador de máquina, trabalhei 11 meses. Eles correram tudo... [...] Saber o que eu fiz, lá em Brasília o que eu fazia, se eu aprontei alguma coisa durante os três anos e tal, aí pedra noventa que eu pedi demissão, me aborreci com uma amiga lá do coronel, queria me gritar e eu não aceitei, que ela era amiga lá do coronel. [...] Tratei do pai dele muito bem, [...] lá na Urca, ele até chorou quando eu vim embora... [...] Então, trabalhei, tinha lá outro general, [...] Alencastro, tinha o coronel [...] de não sei que lá, não lembro mais, [trecho inaudível] era administrador de empresa, chefe de escritório geral lá em Brasília, então gente tudo assim, legal, saí bem com eles. Me salvou, bateu minha ficha, isso é tudo trabalhador, pedra noventa, cumpriu, tanto que ninguém me mandou embora, pedi demissão, não sei onde que anda. E eu tava aqui lutando. Aí o delegado da Dops em Niterói, que era estado ainda, no último dia ele falou comigo, aí acabou. Foi difícil, [...] “daqui a Brasília, por onde você passou, durante o tempo que você tá no Rio, você tá livre a partir hoje. Só se você cometer, a partir de hoje, outra coisa qualquer. Você trabalha em cima da linha, hein. Algumas coisas, algumas manobras suas, todo mundo tem que ter, pra ganhar o trabalhador, pra defender o trabalhador. Ser subversivo igual taxaram você, comunista, você não tem nada. Tem nada disso”. [...] Aí zerou. Fiquei livre.

Além de assassinatos, Antonio Ernesto contou que muita gente desapareceu durante a ditadura, em Magé.³⁵ Ele citou o destino trágico de dois dos seus companheiros, narrando detalhes de como os assassinos faziam para sumir com o corpo das suas vítimas.

A gente tinha um companheiro chamado Zé da Bota, mataram ele trabalhando [...]. O outro companheiro que era [...], ficou três dias e três noites, o urubu já tava começando a comer ele [...] Naquela época eles usavam muito. Pegavam o cara, as duas pernas, os dois braços, levava pro rio, com mais de três metros de fundura, quatro metros, amarrava um

³⁵ Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 05/05/2010.

arame forte no pescoço e uma pedra de vinte quilos e jogava. A pedra afundava ele, levava, aí o peixe comia, acabou. Ia responder o que? Acabou. O tempo da ditadura foi muito difícil. O Manuel Francisco Flor, é até pernambucano ele, a família dele passou a morar em [trecho inaudível], estive duas vezes lá pra dar assistência à mulher dele, porque ele sumiu, não tinha nada. Pra conseguir uma pensão por desaparecimento.³⁶

Celita também mencionou que houve pessoas desaparecidas em Magé no seu depoimento. “Às vezes sumia com você, ou sumia com Antonio Ernesto, e boca fechada pra não sumir também. Você não vê na televisão até hoje que estão procurando parente daquela época? Era assim.”

Jair³⁷ também citou que, após 1964, muita gente sumiu e a pressão em cima dos líderes se intensificou, em Magé. Ele contou que muitos dos seus companheiros foram presos na ocasião. Jair contou ter se salvado na época porque ele dizia para a polícia e o exército que não tinha nada a ver com aquele movimento de luta pela terra. Seu argumento era que ele trabalhava com o frete do caminhão que tinha e entre alguns dos seus clientes os trabalhadores rurais.³⁸Jair narrou ainda que atualmente tem alguns colegas na cadeira de rodas por causa das torturas que sofreram. Jair lembra-se da época da ditadura como um momento de muito sofrimento e tristeza e, para ele, o fato de nunca ter sido preso só se explica por uma intervenção divina, uma vez que ele estava sempre junto com as pessoas envolvidas na luta pela terra.³⁹

Para além dos atos violentos em si, como as destruições de casas e lavouras, agressões, assassinatos e desaparecimentos, a tensão vivida cotidianamente pelos trabalhadores rurais e seus familiares de que algum desses atos pudessem vir a acontecer é constantemente lembrada nas entrevistas. Pelé falou sobre como a insegurança permeava a sua vida no tempo em que era *posseiro*, medo alimentado pelo temor de que os *grileiros* o expulsasse das terras onde ele vivia. De acordo com as suas palavras:

A gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia... Era sempre assim. Porque os grileiros... Tinha o tal do doutor Leão, tinha o tal do doutor Daniel, que era um português, uma tal de viúva Márcia, que eu não conheci ela, mas era muito falada na

³⁶ Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 21/07/2010.

³⁷ Morador da gleba América Fabril.

³⁸ Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 30/07/2010.

³⁹ Idem.

época. Então era aquilo, a gente plantava uma batata, não sabia que ia colher a batata, plantava o aipim, não sabia que ia colher.⁴⁰

Depoimentos como os citados acima lançam luzes sobre as análises como a de Sigaud (1986). Um quadro elaborado pela autora a partir de diversos levantamentos sobre assassinatos no campo⁴¹ revela, para o caso do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que entre 1964 e maio de 1986 foram assassinadas 39 lideranças (dirigente sindical, delegado sindical e líder conhecido) e trabalhadores rurais. Deste total, 36 eram trabalhadores e três eram lideranças. De acordo com levantamento da autora, o total de trabalhadores e lideranças assassinadas em todo o país foi de 916, sendo 92 lideranças e 824 trabalhadores. Para a autora,

Embora se possa supor que haja inúmeras falhas nos levantamentos pelas razões já apontadas, não se pode ignorar que **a partir de 1979 se observa um aumento progressivo do número de assassinatos**. Se até então o número oscilou entre 3 (o mínimo em 1969)⁴² e 35 (o máximo em 1977), a partir de 1979 a cifra chega a 45 e se torna ascendente até 1985 quando são registrados 93 casos e o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário estimava a existência de 2.147 casos de conflito em todo o país (SIGAUD, 1986: 8).

A concepção de que a partir de 1979 ocorre um aumento do número de assassinatos precisa ser relativizada. Há que se pensar no contexto social e político dos anos no qual os dados se referem. Por que há indícios do aumento do número de assassinatos a partir de 1979, justamente quando ocorria a distensão da ditadura? Sigaud se fez essa pergunta. Ela argumentou que a violência aumentou a partir de 1979, pois este ano foi um marco para os

⁴⁰ Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 29/07/2010.

⁴¹ Os dados analisados por Sigaud são registros do que é considerado violência contra os trabalhadores rurais pelos próprios trabalhadores, seus representantes, instituições que os apoiam e Estado. Não se trata de dados primários colhidos a partir de uma concepção abstrata de violência. Por isso, só se considera violência aquilo que é socialmente reconhecido como tal. Nem tudo que é considerado violência, portanto, foi registrada como tal. Uma análise dos levantamentos sobre violência contra os trabalhadores rurais feita por diferentes instituições revela isso, pois não há compatibilização absoluta entre os dados. “A ausência de registro pode ser atribuída tanto à ausência de preocupação de registro, sobretudo no que se refere ao passado, por parte da imprensa, das entidades de classe e da Igreja Católica (principais fontes) quanto ao desconhecimento propriamente dito de fatos.” (SIGAUD, 1986: 5-6). Para contornar estas dificuldades, Sigaud se limitou a dimensionar os casos de assassinatos, considerando os levantamentos da Contag (1981-1984), do Movimento Sem Terra (1964-1985) e do Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (1985 e 1986 – até maio). Após serem compatibilizados, os dados foram reunidos em um único quadro. Nele, os assassinatos de lideranças foram separados dos de trabalhadores. A análise feita pela autora trabalhou não só com esses dados, mas com outras informações sobre violências que não tenham provocado mortes, cuja quantificação em termos nacionais seria impossível.

⁴² Os três casos apontados por Sigaud no texto contradizem os dados da tabela, presente no mesmo texto, no qual estão presentes quatro casos de assassinatos, dois no Rio de Janeiro e dois no Pará, sendo três deles de lideranças e um de trabalhador. Isso, porém, não mudaria significativamente o resultado apresentado.

trabalhadores rurais na medida em que a ampliação do espaço político possibilitou o que o movimento sindical considera a passagem de “lutas individuais” para as “lutas coletivas” e assim “a expressão política de uma luta em defesa de seus interesses.” (SIGAUD, 1986: 13). Para isso, a mediação política foi indispensável, pois permitiu que os trabalhadores desnaturalizassem o que viviam e se predispusessem a resistir às imposições que lhes impunham (SIGAUD, 1986).

Assim, se a redemocratização criou condições favoráveis para o fortalecimento da organização dos trabalhadores e a transformação dos constrangimentos que sofriam em objetos de luta, ela também permitiu que a pressão sobre os fazendeiros aumentasse com uma intensidade até então desconhecida, pelo menos desde os idos de 64, quando os militares desmobilizaram pela via da repressão os principais focos de resistência dos trabalhadores, como as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Inexistindo condições políticas, num contexto de redemocratização para enfrentar a pressão organizada dos trabalhadores através do uso indiscriminado da força pública (embora ainda o façam como atestam os dados aqui apresentados), os grandes fazendeiros reativaram o poder privado, reconstituindo as milícias e as equipando com armamentos, muitos dos quais privativos das forças armadas. (SIGAUD, 1986: 13).

Uma possibilidade é que o aumento do número de assassinatos a partir de 1979 indicados por Sigaud seja reflexo de um maior registro dos casos de assassinato por parte das organizações que realizaram o levantamento. As entrevistas citadas aqui revelam inúmeros casos de mortos e desaparecidos no período da ditadura civil-militar, antes de 1979, que não entraram nas estatísticas. As entrevistas indicam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais já no imediato pós-golpe. Embora se restrinja a um estudo de caso, a pesquisa aqui apresentada, ao revelar aspectos da repressão política que se abateu contra trabalhadores rurais de Magé, situação até então pouco conhecida pela literatura acadêmica, aponta para a necessidade de realização de outros estudos que venham dar visibilidade às histórias dos homes e mulheres que viviam no campo brasileiro, muitos deles atingidos pela ditadura e até hoje invisibilizados.

O caso estudado ajuda a relativizar a concepção de que após 1979 tenha ocorrido um aumento significativo dos assassinatos no campo. O que parece ter acontecido foi a continuidade do que vinha ocorrendo nos anos anteriores. Contudo, pouco se investigou até hoje sobre isso. A questão permanece em aberto, carecendo de pesquisa.

Considerações finais

As narrativas dos entrevistados indicaram algumas formas de violência a que estavam submetidos os homens e mulheres que viviam no campo e estavam envolvidos em conflitos por terras. Mostrou também a gravidade das suas situações, submetidos a uma dupla violência, dos supostos proprietários, os *grileiros*, sendo alguns deles importantes atores econômicos, como é o caso da Companhia América Fabril, e do Estado, através da polícia e exército, e, em algumas situações, de representantes do Poder Judiciário, que teve variadas formas: assassinatos, agressões físicas, perseguição, despejos, ameaças, intimidações. Os dados revelados pela pesquisa são indicações de que a violência cometida contra os trabalhadores rurais durante a ditadura foi variada e deve ser pensada não só em termos dos mortos e desaparecidos. Embora a pesquisa desenvolvida por Gilney Viana, citada no início desse trabalho, tenha trazidos grandes avanços nesse campo, os números apresentados podem ainda estar subestimados.

Como conhecer o impacto que o golpe teve sobre a vida dos trabalhadores rurais, por exemplo, se algumas vezes suas histórias não foram registradas em documentos? O trabalho com as entrevistas indicou que há uma riqueza de histórias que serão desconhecidas caso não se pense em maneiras de registrar estas narrativas. As histórias individuais, vale destacar, são interessantes por referirem-se não apenas a trajetória individual das pessoas, mas por ser indícios de um dado momento histórico e por isso falarem sobre este contexto.

A reflexão iniciada aqui e a conjugação deste com outros trabalhos poderá ajudar na compreensão das formas como a repressão atingiu os trabalhadores rurais durante a ditadura. O campo de estudos sobre o tema ainda precisa ser mais explorado e novos dados precisam ser elaborados para que se desenvolva uma compreensão mais ampla e complexa do tema, revelando à estrutura da repressão no campo e ajudando a tirar da invisibilidade atingidos pela ditadura que ainda não foram (re)conhecidos, abrindo o caminho para que se cumpra o direito à memória, verdade e justiça no país.

Bibliografia

BARREIRA, C. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. "Texto 3 - Violações de direitos humanos dos camponeses". In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos /*

Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. p. 87-150 (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final*. Violações de direitos no campo: 1946-1988. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/arquivos/porta1/file/site/Relatorio%20Final%20Comissao%20Camponesa%20da%20Verdade%2009dez2014.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

FERREIRA, J. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

GRYNSPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 2 v. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

----- . Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 – 1987)*. Dissertação de Mestrado (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 1992.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

----- . Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>>. Acesso em: 05 Ago. 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. "O Que há de Novo nos Movimentos Sociais no Campo". *Temas Rurais*, v. 2, n.4, p. 41-52, 1989.

SIGAUD, Lygia. *Violência contra trabalhadores rurais: a duplicação da desigualdade*. Trabalho apresentado por ocasião da 38ª Reunião Anual da SBPC. Simpósio: Violência e Cidadania. Curitiba, julho de 1986.

SILVA, B. R. da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVA, O. H. da. *A Foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

TEIXEIRA, M. A. S. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. 2011. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, M. A.; TELO, F.; SILVA, I. M. Violações de direitos humanos contra camponeses nas Comissões da Verdade. *Re-vista Verdade, Memória e Justiça*, v. 9, 2015.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. v. 1. tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANA, Gilney (coord). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

Recebido em 06.01.2015- Aprovado em 19.10.2015